

O PRONOME OBJETO E AS LÍNGUAS AFRICANAS NO PERÍODO COLONIAL (The Object Pronouns and the African Languages with in the Colonial Period)

RÉSUMÉ

Pour l'étude de la prédication copulative en portugais brésilien et en espagnol, on fait une discussion sur la fonction prédicative des phrases avec les verbes *ser* et *estar* (être) dans les deux langues en essayant de caractériser les types de prédicat permanent/éventif par rapport à sa distribution étant donné qu'en portugais brésilien et en espagnol ces verbes sont permutable dans des contextes similaires qui dépendent du caractère générique/non-générique des phrases. À partir des propriétés permanente/éventive et générique/non-générique des phrases avec ces verbes, on analyse la position des sujets aussi bien que le caractère multifonctionnel de la copule par rapport aux niveaux de leur structure syntaxique.

Mots-clé: l'accord, la prédication, le portugais brésilien, l'espagnol.

RESUMO

Este trabalho discute o ambiente em que surge o objeto nulo não-referencial do português brasileiro. O artigo parte da problematização do fenômeno, para, em seguida, apresentar traços de línguas africanas que se assemelham ao PB e que podem ter favorecido o surgimento da inovação do clítico brasileiro, quando da aprendizagem da língua portuguesa pelos escravos em condições irregulares.

Palavras-chave: diversidade linguística; clítico nulo; fonossintaxe; africanismos; diacronia.

Os estudos do objeto nulo (DUARTE, 1989; GALVES, 1989; OLIVEIRA, 1989; NUNES, 1996) e do enrijecimento da posição do clítico (LOBO, 1992; CYRINO, 1996; PAGOTTO, 1996) têm mostrado que esses fenômenos no português do Brasil (PB) diferem daqueles existentes no português europeu (PE). O trabalho de Cyrino data o momento na história da formação da língua em que surge a diferenciação das duas variantes. Neste trabalho, utiliza-se a concepção de aprendizagem incompleta no ambiente de colônia por parte dos povos africanos, para explicar as mudanças ocorridas. Quanto ao posicionamento do clítico, descreve-se como este traço lingüístico ocorre em línguas bântu, além de se discutir a hipótese de como o fenômeno começou a ser instaurado na língua portuguesa, durante o período de aquisição da língua por aloglotas. Além disso, descreve-se o preenchimento do objeto na língua iorubá e estudam-se as possibilidades de o processo de perda de tons ter contribuído para o surgimento do clítico nulo nas modalidades desconhecidas do português. Para o entendimento

* UNEB / Obafemi Awolowo University - OAU Ilê-Ifé, Nigéria.

do fenômeno, aproxima-se a fonologia da sintaxe. Para a implementação da pesquisa, são utilizadas três línguas africanas para se estabelecer comparação entre elas e o português. As línguas escolhidas foram três das mais importantes línguas presentes no ambiente de colônia: o quimbundo e o umbundo, que pertencem ao grande tronco bântu; e o iorubá, pertencente ao ramo defóide.

1 O PORTUGUÊS NO AMBIENTE DE COLÔNIA

O panorama atual dos estudos lingüísticos sobre o PB aponta para três vertentes teóricas, as quais tentam mostrar como a variante americana da língua se distanciou da europeia. Em uma das correntes teóricas, apregoa-se que todas as alterações ocorridas na língua são frutos da deriva natural da língua, como em Silva Neto (1970), Anthony Naro e Marta Scherre (1993). Outra é da opinião de que o ambiente alterou o idioma, mas não concorda que isso se deva a qualquer intervenção causada por questão de etnia. É o caso de Tarallo (1996). Há ainda uma terceira corrente, segundo a qual foi justamente o elemento humano com toda a sua experiência de mundo que deu uma nova face para o PB. Dentre os defensores deste ponto de vista, podem ser citados os nomes de Coelho, Raymundo (1933), Mendonça (1933), Guy (1989), Baxter (1995), entre outros. Toma-se esta última visão neste trabalho. Para tanto, utiliza-se da perspectiva do aparato teórico da Sociolingüística.

A língua portuguesa foi difundida em todo o território brasileiro graças ao elemento africano. Os números sobre o contingente de escravos de origem africana divergem de um para outro estudioso, mas é consenso que, em todo o período da colonização portuguesa, o homem africano e seus descendentes perfizeram um número muito maior do que qualquer outro grupo étnico aqui presente. É de se esperar que, ao adquirirem a língua portuguesa, os escravos tenham deixado impressões de seus idiomas. Para Castro (1980, p. 17), os afrodescendentes ladinos e crioulos eram bilíngües e participavam de duas comunidades lingüisticamente distintas: a que falava português e a que só utilizava as línguas africanas. Dessa forma, eles foram os grandes difusores das alterações operadas no idioma. Com a extinção do tráfico transatlântico, houve um crescimento substancial do tráfico interno. Dessa forma, os escravos que já haviam reconstruído a língua portuguesa foram o instrumento dispersor desse idioma (RIBEIRO, 1998; CASTRO, 2001). Para se ter uma idéia, a população escrava da Bahia, com o advento do tráfico interno, passou de 500.000 para 180.000 em 1894, conforme os números de Castro (2001). Os escravos foram levados para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Isso explicaria o fato de algumas estruturas lingüísticas serem comuns ao PB e desconhecidas no PE. Além disso, foi com o português desses escravos que o imigrante europeu manteve contato inicialmente.

2 A APRENDIZAGEM DE UM IDIOMA

Atualmente a lingüística afirma que o falante não aprende só um número limitado de sentenças simples e daí passa a elaborar as suas próprias construções (LIGHTFOOT, 1991). No caso das crianças, a capacidade de aprendizagem é, segundo a teoria chomskyana, inata; e ela tem melhor potencial de aprendizagem até a segunda infância. Na versão mais atualizada da teoria de Princípios e Parâmetros, a aquisição ainda não é consenso entre os teóricos. Alguns advogam a teoria da maturação e outros a teoria da continuidade. Por sua vez, a teoria da maturação é bifurcada em, por um lado, teoria da maturação forte – que prega que o entendimento e a produção não podem ser caracterizados como gramática, e que nessa fase a gramática teria uma estrutura equivalente à de uma língua *pidgin* – e, por outro, a teoria da maturação fraca – que se caracteriza por atribuir à gramática infantil sub-configurações do modelo lingüístico do adulto. A teoria da continuidade defende a idéia de que a criança já traz consigo todas as características das línguas naturais. E explica que os seus enunciados podem ser truncados por portarem problemas de processamento ou de desconhecimento de itens lexicais (KATO, 1999).

Para explicar como a criança desde cedo já produz uma gramática possível nas línguas naturais, Kato (1999) sustenta que há para todo parâmetro um valor *default*. Se há dados que contrariam esse valor no sistema, a criança remarca o parâmetro. A gramática da criança é denominada pela teoria gerativa como Gramática Universal (GU). Na nova versão da teoria, a GU é o estado S_0 inicial. O que se conhece como língua alvo ou língua meta, no gerativismo, o sistema do adulto seria a língua-I.

Não se pode perder de vista que a gramática gerativa, quando trata da aquisição lingüística, leva em consideração apenas um falante e o seu processo em particular. Haveria ainda que se resolverem os problemas de *input*, pois o ambiente não pode ser considerado preenchido apenas por um modelo lingüístico de um adulto apenas. Também é impossível afirmar-se que a língua a que a criança está exposta seja homogênea como um programa de computador, e que todos os falantes utilizem uma mesma versão. Kato (1999) afirma que, diferentemente de um conjunto de regras de uma gramática normativa, um falante adulto domina princípios e propriedades paramétricas cujos valores foram definidos pela língua do ambiente que lhe serviu de *input*. Isso quer dizer que a Criança não tem necessidade de ter instrutores, ela só precisa descobrir quais são os parâmetros existentes na língua-I. Segundo Kato (1995), há um determinado número de fenômenos que variam nas línguas, por essa razão circunscreve-se também o que a criança precisa adquirir. Algo que pode receber acréscimo da visão de Lopes (2001) quando considera que a criança parte de um modelo de “superlíngua” para uma “língua menor”, à medida que o amadurecimento lingüístico lhe traz a percepção de que as opções disponíveis

em Forma Lógica estão restritas pelas representações encontradas em Forma Fonética para a língua específica a que está exposta.

Em relação ao adulto, a aprendizagem de uma língua não poderá ser outra que não seja caracterizada como língua estrangeira. Kato (2001) afirma, então, que a fase em que a criança só domina nomes é superada pelo adulto, no processo de aprendizagem de língua estrangeira.

A Teoria Gerativista é a base para a Hipótese do bioprograma de Dereck Bickerton (1981; 1984). Para ele, a criança deve ser vista como um ser dotado, por um lado, de um potencial genético adquirido pela espécie através da evolução (processo filogenético) e, por outro lado, como um organismo social crescendo no seio de uma comunidade humana particular (processo ontogenético). Assim ele chega à conclusão de que a ordem de formação da língua humana é a mesma ordem que os crioulos seguem, durante a sua invenção pelas crianças, no período em que a adquirem (BICKERTON, 1981).

Por outro lado, para Thomason e Kaufman (1988) não existe história da língua sem a história de seus usuários. Em ambiente de contato, os falantes emprestam os seus conhecimentos prévios ao novo sistema que está sendo adquirido. Hildo Honório do Couto (1992) não vê necessidade de haver um pidgin para que o crioulo exista. Dessa forma, nota-se que a tese do bioprograma de Bickerton, que pensa o crioulo como uma nativização de um pidgin falado por apenas uma geração, não recebe crédito de vários segmentos dos estudos lingüísticos.

Na crioulística, a aprendizagem e a transmissão da língua do colonizador pelos escravos são conhecidas como transmissão lingüística irregular (BAXTER, 1995). Isso significa dizer que o modelo a que as crianças tiveram acesso, no processo de aprendizagem, não era a variante europeia da língua. É possível, portanto, que as crianças descendentes desses falantes da variável reconstruída da língua tenham parâmetros muito diferentes daqueles considerados canônicos da língua portuguesa. De acordo com Thomason e Kaufmann (1988), é através dos traços comuns entre a língua materna e a língua a ser apreendida que se dá o início da recepção da nova língua. Isso quer dizer que há uma probabilidade muito grande de se encontrar no PB traços de línguas africanas que foram faladas por escravos retirados da África e por seus descendentes.

Lightfoot (1999) tem outra perspectiva de aquisição lingüística por falantes nativos de línguas crioulas, que não convergem com a de Bickerton. Para Lightfoot (1999, p. 170):

Crianças crioulas, como todas as outras crianças, buscam pistas em seu ambiente. Elas interpretam o que ouvem, por mais empobrecido que isso seja, como pistas, e as convertem adequadamente em gramáticas.¹

¹ Optou-se pela tradução livre ao invés dos textos originais.

Essa visão é devida ao fato de o autor não seguir o modelo maturacionista. Para ele, todas as línguas têm gramáticas personalizadas para cada indivíduo. Não há duas pessoas com a mesma gramática. As gramáticas são entidades individuais que pertencem às pessoas e não definem línguas. Dessa perspectiva, nenhuma criança ouve os mesmos estímulos que outras, estímulos que ele denomina de Primary Linguistic Data (PLD)². A explicação para a intercompreensão de gramáticas distintas é a seguinte. Entre os falantes existem aqueles que dominam uma gramática **a** e outros que são usuários de um modelo **b**. Dentre eles, há aqueles que dominam as duas variedades de gramática. A isso ele chama de diglossia interna. Quando há alteração operada por esses falantes das duas gramáticas, a língua sofre mudanças. Assim, a mudança gramatical é sempre abrupta no processo de aprendizagem (LIGHTFOOT, 1999). Sabe-se que, dos grupos humanos que aportaram no Brasil, o que mais deixou suas impressões culturais, por todo o Brasil, foi aquele classificado lingüisticamente como bântu³. A respeito dele, Castro (1980, p. 16) afirma que: “Possivelmente, nos dois primeiros séculos, o quicongo e o quimbundo, seguidas pelo umbundo, foram as línguas numericamente predominantes na maioria das senzalas ou as de maior prestígio sociológico”. Além desse tronco lingüístico, neste trabalho, dá-se importância ao tronco defóide, onde se encontra a língua iorubá, cuja importância será tratada na seção 6.

3 A PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE O OBJETO DIRETO

Pretende-se aqui mostrar apenas que existe uma discussão sobre quais teriam sido os fatores que se combinaram para a formação do preenchimento do complemento verbal tal qual ele se apresenta nos dias atuais. A inovação no PB é dada pelo uso diferente de pronome lexical ou nulo, ao invés de se utilizar o clítico. Acrescenta-se também uma possibilidade, não discutida anteriormente, sobre as características do pronome clítico de terceira pessoa em línguas africanas e as suas semelhanças com o que acontece no PB.

Duarte (1989) percebeu que há um uso generalizado de categoria vazia no preenchimento de objeto no PB. Ela chegou à conclusão de que o não uso de clítico é estigmatizado em situação formal, tanto quanto também o é o uso desse tipo de pronome em situação informal. Acrescenta, porém, que a consciência do falante só delimita essa diferença em contexto de sentenças simples. A autora garante que a valorização do clítico é promovida pela escola, mas o falante não percebe o uso estigmatizado do pronome lexical em sentenças complexas.

² Dados lingüísticos primários.

³ Grafa-se o vocábulo bântu dessa forma para que se preserve a sua etimologia, pois em português o acento recairia sobre a última vogal, se assim não fosse escrito.

A categoria vazia no preenchimento de objeto no PB tem características semelhantes e diferentes daquelas pertencentes ao PE. Foi Galves (1989) que chegou à conclusão de que o PB, como língua orientada para o discurso, apresenta uma sistematização em relação às categorias vazias que o PE não conhece. No trabalho de Oliveira (1989), nota-se que o preenchimento do objeto por clíticos é insignificante, mesmo que se tenha levado em consideração a alta escolarização. Com base em seus dados, Oliveira afirma que essa é a comprovação de que está havendo o desaparecimento do clítico no PB. Nunes (1996) garante que o clítico acusativo de terceira pessoa só ocorre nas camadas mais instruídas.

A busca para determinar quando o objeto nulo se instala no PB foi iniciada por pesquisadores como Cyrino (1996). Baseada na teoria gerativista, ela determinou que houve uma reanálise diacrônica, já que em PB o objeto nulo é uma categoria vazia e não uma variável, como ocorre no PE. Através de seus dados, ela descobre que o clítico de terceira pessoa é o primeiro pronome a cair, tal processo inicia-se pelo “o” proposicional. A partir da terceira do singular, estende-se para os clíticos de primeira e segunda pessoas, que, apesar de sofrerem redução, estes dois últimos tipos continuam sendo utilizados no PB. A autora datou o surgimento do objeto nulo a partir do século XVIII. A mudança de posicionamento do clítico é dada a partir do século XIX. Uma vez que a ênclise não tem que ver com a concordância verbal, Cyrino sustenta que a fixação de próclise ao verbo se deu a partir das locuções verbais. As crianças, ao ouvirem ênclise ao verbo auxiliar, reestruturaram a colocação pronominal como próclise ao verbo sem flexão. Essa mudança começa a ocorrer na primeira metade do século XIX. A autora crê que a mudança na posição dos clíticos, especificamente a perda da ênclise, está relacionada com o objeto nulo.

Em 1992, Lobo compara duas sincronias do português para demonstrar as diferenças entre a língua falada no século XVI e o PB do século XX. Diferentemente, o seu posicionamento toma o sentido de que o cerne da questão é a liberdade que as palavras assumem em seu posicionamento na frase. Lobo até descarta a hipótese de Cândido de Figueiredo (1944), a qual pode ser considerada o início da versão crioulista para o fenômeno. Para ele, “uma das principais características das línguas bantas é o uso da antecipação dos pronomes, em vez da posposição, além de que os pronomes servem de prefixos aos verbos” (1944, p. 121). Lobo desautoriza Cândido de Figueiredo, alegando que ele tem uma argumentação falha, já que, após declarar a existência de uma posição fixa para as línguas bântu, contradiz-se ao dizer que a ordem das palavras nesse tipo de língua não é importante. O trecho a que ela se refere é o seguinte: “a disposição das palavras numa frase africana é de somenos monta para quem fala” (1944, p. 122). Certamente a indisposição dos estudiosos brasileiros para se avaliar as línguas africanas pode ter enviesado a argumentação de Figueiredo.

Segundo a visão dada por Pagotto (1996), no português clássico havia movimento de clítico e movimento de verbo, tal mobilidade encontra-se perdida

no PB. Sob orientação gerativista, Pagotto afirma que o movimento suplementar do verbo ocasiona a ênclise. Para a próclise ocorrer, era necessário que houvesse material lexical antes do verbo, no período que vai do século XVI ao XVIII. Com a perda do movimento do verbo, o clítico não mais pôde deslocar-se para a posição enclítica, restando-lhe a posição em que foi gerado: a próclise. O autor assume que o clítico perdeu a sua natureza funcional, porque passou por uma reanálise. No sistema, os clíticos que ainda resistem apresentam menos traços de concordância, portanto o perecimento é maior para os clíticos que mais apresentam essa característica. De acordo com o autor, nas locuções de voz passiva não parece ser possível intercalar um clítico. Além disso, a posição atual dos clíticos não permite que clíticos de concordância surjam entre dois verbos. A categoricidade da falta de movimento é algo acabado no PB e a sobrevivência dos clíticos ainda está por ser definida.

Nunes (1996) é da opinião de que o século XIX é a data que marca o início do desaparecimento do clítico. A causa da mudança é devida à alteração na direção de cliticização fonológica. As primeiras ocorrências de próclise em relação ao verbo principal acontecem nas locuções verbais. De acordo com o autor, as crianças do século XIX estavam expostas a um sistema com um direcionamento de cliticização modificado, já que o sistema do PE e o do *português antigo* apresentam um resultado de cliticização fonológica da direita para a esquerda; diferentemente o PB registra uma estratégia da esquerda para a direita. O sistema apresentava um licenciamento de *onset* da sílaba para os clíticos de terceira, diferenciando-os dos demais clíticos. Dessa forma, as crianças optaram por eliminar os clíticos de terceira, já que a outra opção seria a reconstrução do licenciamento de *onset*. Para Nunes, o clítico necessita de qualquer material fonológico que o preceda. De acordo com sua visão, dessa maneira surgiram os pronomes clíticos nulos e a utilização de pronome lexical para a função de objeto. O autor não menciona o fato de ainda haver a existência dos clíticos de terceira que conservam o seu *onset*. É de se notar que a estrutura do clítico de terceira ainda apresenta a variação no *onset*: ora lo(s), la(s); ora o(s), a(s).

Cyrino retoma o tema do objeto nulo em sua tese de doutorado publicada em 1997. Dentre as diferenças entre o PB e o PE, ela destaca o fato de que o objeto nulo é sempre possível na variante européia, desde que o seu antecedente seja não-específico. Diferentemente do PE, então, o PB apresenta objeto nulo nos casos em que o seu antecedente é um Sintagma Nominal (SN) [-animado]. Esta é considerada a inovação do PB, pois o objeto nulo em português ocorre desde o século XVI. A frequência de ocorrência de eclipse, porém, torna-se muito alta no PB. Conforme esse panorama, a criança defrontou-se com a possibilidade de escolha entre preencher ou elidir o pronome clítico. A autora afirma que algum fator não-sintático deve ter contribuído para a escolha. Vai mais além, apontando para um componente fonológico como a possível explicação para a opção do falante por não usar o clítico neutro, quando exposto à opção pela eclipse. Seguindo essa linha de raciocínio, ela toma emprestada a hipótese

de Nunes (supra) e recua a data para o século XVIII, por ter encontrado em Gregório de Matos clíticos de primeira e de segunda pessoas em início absoluto de versos. A mudança foi se instalando, a seu ver, entre os séculos XVII e XVIII, porque as crianças começaram a ouvir cada vez mais elipses sentenciais e cada vez menos clíticos neutros, estendendo a elipse para todos os clíticos de terceira, quando o SN antecedente era [-animado] e preenchendo o objeto com pronome lexical quando o antecedente era [+animado]. Cyrino não questiona o que levou as crianças a alterarem a direção de cliticização.

Por sua vez, Santos (1998) mostra como a resolução dos choques de acento poderia demonstrar qual é o posicionamento do clítico nulo no PB. A observação passaria primeiramente pela comparação entre verbos transitivos e intransitivos. Estes últimos têm os seus choques desfeitos, mas àqueles isso só seria possível se o objeto ocorresse na sentença. Sem o aparecimento do objeto, os verbos transitivos não terão os seus choques desfeitos, pois o vestígio não o permite. Há caso em que os choques são desfeitos como naquele em que o objeto se move para a posição de *Tópico* e há um choque de acento entre o verbo e seu sujeito. No caso do objeto nulo, entretanto, o choque não é resolvido. Para a autora o objeto nulo seria um complemento inaudível, um *pro*, que ocorre sempre na posição de complemento de verbo, subindo apenas para checar caso e papel temático. Se essa descoberta não entra em choque com a hipótese de Nunes, pelo menos garante que o pronome clítico nulo permaneça na sua posição original. Por alguma razão ele não sofreu alteração.

Kato afirma que houve uma reanálise no PB no que diz respeito aos pronomes. Para poder entender como o fenômeno de preenchimento de pronome em função de sujeito e o de apagamento de pronome como objeto estão relacionados, ela propõe que nas línguas naturais existem pronomes fortes e fracos. Os fortes são os pronomes *default*, possuem caso, e os fracos precisam ter a função checada. Em algumas línguas os pronomes fortes e fracos têm formas distintas. No PB existe a possibilidade de coincidência das formas forte e fraca. Esta última forma, na verdade, pode distribuir-se em pronome livre, clítico e afixo. Para Kato, o preenchimento ou não da posição de pronome, no PB, está relacionado com uma hierarquia referencial, cf. quadro abaixo, retirado de Kato (2003).

Não-argumento	proposição/predicado	[-humano]	[+humano]
3. ^a p.	3. ^a p.	3. ^a p.	3. ^a , 2. ^a e 1. ^a p
[-ref]	←—————→		[+ref]

QUADRO 1: Hierarquia referencial

Quanto maior for a referencialidade, associada com os traços [+humano] e de 1.^a e 2.^a pessoas, maior será o preenchimento com pronome lexical.

4 O POSICIONAMENTO DO CLÍTICO EM LÍNGUAS BÂNTU

Por ser um grupo muito numeroso e dos mais antigos a serem trazidos para o Brasil, o tronco lingüístico bântu é o que mais emprestou vocábulos ao PB. Castro (2001, p. 34) diz que “Entre os bantos, destacaram-se pela superioridade numérica, duração e continuidade no tempo de contato direto com o colonizador português, três povos litorâneos: 1) bacongo, 2) ambundo e 3) ovimbundo.” O povo umbundo teve presença maior no centro-sul do Brasil. Mostrar-se-á o comportamento dos clíticos em quimbundo e umbundo, para que se tenha uma idéia de como duas das línguas com maior expressividade no Brasil colônia como um todo apresentam traços lingüísticos que as aproximam do PB. Nessas línguas o verbo exige alguns pronomes complementos a ele antepostos, como se pode ver nos esquemas infra.

Os pronomes pessoais em línguas bântu obedecem a uma divisão entre os pronomes absolutos, que designam as pessoas gramaticais, e os pronomes prefixos, que são posicionados em próclise. Independentemente de haver um SN ou um pronome absoluto como sujeito, o verbo exige a colocação de pronome prefixo com função de sujeito. Em seguida vem o pronome infixo em função de objeto. Isso quer dizer que ambos ocupam posições antepostas ao verbo. Vejam-se os exemplos em quimbundo⁴, umbundo⁵:

a) pronomes pessoais absolutos são os que designam as pessoas gramaticais:

	Quimbundo		Umbundo	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1 ^a .	eme "	éxie	ame	etu
2 ^a .	éie "	enhe	ove	ene
3 ^a .	muene (éie)	óuo (ó)	eye	ovo

QUADRO 2: PRONOMES PESSOAIS ABSOLUTOS

Valente (1964) informa que, além das afirmativas, os pronomes absolutos em umbundo também apresentam formas *intensiva-interrogativas* e *negativas*.

b) pronomes pessoais prefixos são os que determinam o sujeito e ligam-se ao verbo:

⁴ Dados retirados de Maia (1964).

⁵ Dados retirados de Valente (1964).

	Quimbundo		Umbundo	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1 ^a .	ngi ou ngó	tu	ndi / nda	tu / twa
2 ^a .	u	mu	o / wa	vu / vwa
3 ^a .	o	a	o / wa	va / va

QUADRO 3: PRONOMES PESSOAIS PREFIXOS

Já na estrutura verbal, em umbundo, apresentam-se formas afirmativas e negativas para o presente distintas do pretérito. No Quadro 2, apresentam-se apenas as formas afirmativas do presente e do pretérito, respectivamente.

c) Pronomes Pessoas infixos são os que se colocam entre o prefixo e o radical do verbo e exercem função de complemento.

	Quimbundo		Umbundo	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1 ^a .	ngi	tu	Ndi	tu
2 ^a .	ku (u)	mu	Ku	ku
3 ^a .	mu (u)	a	U	va

QUADRO 4: PRONOMES PESSOAIS INFIXOS

Existem as especificidades de cada língua. Em quimbundo, por exemplo, o pronome reflexivo é posto como sufixo, enquanto em umbundo ele é posto antes do verbo. Esta, porém, não é a única maneira que o quimbundo apresenta pronome sufixos. Maia (1964) lista as exceções como no caso de complemento dos verbos **ku-kala la**, ou **ku-ete la**, ou como complemento pessoal duplo. (i) “Os verbos **ku-kala la** ou **ku-ete la** (ter), se têm complemento que se lhes siga, levam sempre o pronome pessoal sufixo” (Maia, 1964: 40); (ii) mesmo que não haja complemento que lhes siga, usa-se esse tipo de pronome; (iii) empregam-se com o verbo **du-ete la**, na mesma situação dos verbos no item anterior; (iv) Quando um verbo tiver como complemento direto os pronomes clíticos diretos de terceira pessoa; (v) quando o modo imperativo tiver por complemento um pronome que não diga respeito à primeira classe; (vi) quando um verbo for acompanhado de complementos pronominais direto e indireto, o complemento indireto é *Infixo* e o complemento direto *Sufixo*. Maia (1964) observa que os pronomes pessoais sufixos, quando utilizados com outros verbos, perdem o “*la*” e chamam-se “*Sufixos Inclíticos*”. Neste caso, o verbo passa a ter “acento” predominante na última sílaba.

As línguas bântu, aqui utilizadas, apresentam colocação pronominal à direita do verbo, inclusive com perda de sílaba do clítico. É verdade, entretanto, que

esses não são os traços mais preponderantes, mas servem para ilustrar como deve ter sido possível a assimilação entre os traços bântu e os portugueses.

Resta observar como se apresentam os pronomes em sentenças retiradas de Maia (1968) e Valente (1964), respectivamente:

Quimbundo	Umbundo
éie o-ngi-sole (ou osole)	wa-ku-chy-avela
tu me gostas / 'tu gostas de mim'	'já to deu'

Esses dados podem estar indicando que a colocação pronominal antes do verbo pode ter sido ocasionada pelos falantes de línguas maternas do tronco bântu, quando aprenderam a falar a língua portuguesa. O caminho que eles tomaram para isso deve ter sido exatamente aquele que os pesquisadores elencados na *Seção 4* supra apontam, i.e., através da colocação pronominal em locuções verbais, foi encontrada a similaridade necessária com as línguas bântu. Daí então o traço se estendeu para todas as situações de posicionamento de clíticos. A data dos estudos de Cyrino recua apenas até o século XVIII. Resta ainda descobrir que fator poderia ocasionar o desaparecimento do clítico de terceira, uma vez que ele existia nas línguas bântu e que, em alguns casos, era posposto ao verbo, sem contar que, dependendo do verbo, perdia a sílaba inicial. A diferença entre o quimbundo e o português padrão é que na língua africana a posição onde fica o clítico sem a sílaba inicial passa a ter acentuação ascendente, algo oposto à modalidade europeia da língua, já que esta tem o clítico como palavra átona. Isso não explica, no entanto, qual teria sido o fator social que colaborou para o surgimento do clítico neutro. Esta é a proposta que se pretende abordar na próxima seção.

5 O PREENCHIMENTO DE OBJETO EM LÍNGUA IORUBÁ

Os povos iorubá foram os mais influentes a partir do século XVIII, na Bahia. Eles formavam o grupo mais numeroso de africanos de uma mesma etnia. Foram eles que desencadearam duas grandes greves, na cidade de Salvador, nesse século. Os estudos que afirmam a hegemonia dos iorubá (nagôs) começaram por Nina Rodrigues, Jacques Raimundo e Renato Mendonça, em 1933. Outros estudiosos chegaram a defender a dominação categórica dos iorubá nos estudos sobre a presença africana na Bahia, segundo Castro (2001). Ela alerta para o fato de os bântu serem mais antigos e atuarem numa área muito maior que os iorubá (1998). Apesar de entender que os cantos eram majoritariamente iorubá, ela pensa que havia cantos de falantes nativos de outras línguas africanas. Sobre isso, Reis (1993) informa que houve uma predominância de iorubás nos cantos, que embora fossem organizações de trabalho que tinham interesses econômicos, eram redutos de grupos étnicos.

Não é de se estranhar que nessas organizações a língua utilizada tenha sido o iorubá (nagô). Para aqueles estranhos aos grupos que se interessavam pelos cantos, havia uma necessidade urgente em adquirir a língua. Arthur Ramos (1937) declarou que “A língua nagô é, de fato, muito falada na Bahia, seja por quase todos os velhos africanos das diferentes nacionalidades, seja por grande número de crioulos e mulatos” (*apud* MEGENNEY, 1978, p. 31). Na verdade, ainda hoje o que se chama de língua iorubá padrão na Nigéria é basicamente o resultado da eleição do dialeto de Oiô, centro do antigo império do mesmo nome. O nagô é um dialeto periférico que certamente possui suas especificidades, algo que precisa ser melhor explorado.

Diante de todo esse quadro, é possível supor que houve uma redução de tons na língua iorubá (nagô) falada na cidade de Salvador, durante o processo de contato com outras línguas africanas e a língua portuguesa. Portanto o processo de complemento verbal na terceira pessoa do singular, que operava exclusivamente com tons, sofreu um abalo muito grande. Em outras palavras, o clítico complemento em iorubá consistia em desdobramento da vogal do verbo monossilábico. Nos casos em que os verbos são providos de tom alto (MI), acrescenta-se um tom médio (RÉ) à vogal duplicada:

MO PA Á 'Eu matei-o'		MO FÊ ÷ 'Eu adorei-o'		MO RÍ I 'Eu vi-o'		MO MÖ Ô 'Eu soube-o'		Mo mú un 'Eu bebi-o'
--------------------------------	--	---------------------------------	--	-----------------------------	--	--------------------------------	--	--------------------------------

Já nos casos dos verbos com tons baixo (DÓ) ou médio (RÉ), o alongamento da vogal é feito com tom alto (MI), respectivamente:

Mo dà á. 'Eu traí-o.'		Mo «e é. 'Eu fi-lo.'
---------------------------------	--	--------------------------------

No dialeto padrão do iorubá falado atual, no território nigeriano, os falantes costumam omitir o pronome objeto. Principalmente quando o verbo tem tom alto (MI), ocasião em que o objeto esperado é o tom de descanso. A situação precisa ser estudada com maior atenção, para que se possa saber qual a frequência de apagamento com todos os três tons, pois os usuários da língua nem percebem o fenômeno.

Com exceção da segunda pessoa do plural, que sempre ocorre com tom alto (MI), todos os pronomes objetos apresentam a mesma padronização em relação à alteração do padrão de tom, como o faz o alongamento vocálico. O complemento de terceira pessoa dos verbos complexos é feito através da forma do pronome que tem o mesmo talhe do pronome possessivo: **Mo fêran rē** 'Eu

amei-o'. Exceto nas segunda e terceira pessoas do singular, todas as formas de possessivos equivalem às formas de complemento objeto.⁶

Os processos fonológicos ocorrem nas línguas em situação natural de transmissão, ao longo do tempo. Em uma situação de emergência processos dessa natureza podem ser acelerados. Déchaine (2001) afirma que os tons em iorubá obedecem à seqüência MI>DÓ>RÉ, isso significa dizer que o tom mais forte é o alto, seguido do tom baixo e, por último, fica o tom médio, o qual realmente não pode ser classificado como um tom e sim a ausência de marca de tom, o repouso. Essa informação é resultante de análises autosegmentais de tons em iorubá. Assim, a verdadeira hierarquia, ainda segundo a autora, seria mais bem apresentada da seguinte forma: MI>DÓ>Ø.

Isso é importante para o estudo da perda dos tons. Para Déchaine (i) os clíticos em iorubá falham em testes sintáticos padrões de palavras independentes: eles não podem ser modificados, associados, focalizados ou topicalizados, já as formas independentes permitem todos esses processos; (ii) clíticos diferem dos pronomes independentes correspondentes em termos de sua prosódia, à maioria dos clíticos falta tom inerente, enquanto as formas independentes exibem constantemente uma melodia tonal DÓ/RÉ. Além do mais, clíticos apresentam padrão silábico V ou CV, enquanto os pronomes lexicais têm a forma plena VCV canônica de substantivos comuns.

A realização de tom MI contextualmente determinado com objetos clíticos é o efeito do ECP (Princípio de Categoria Vazia) fonossintático. DÓ não é um controlador de prosódia. O único modo para satisfazer o ECP prosódico é inserir MI. Resultado, há expansão automática de DÓ sobre MI, produzindo tom ascendente de superfície. O clítico de terceira pessoa copia a vogal do verbo, assim é a cópia que é anfitriã do MI inserido, produzindo uma superfície de contorno ascendente.

Déchaine é da opinião de que as línguas escolhem entre pronunciar os clíticos nulos ou apagá-los, ou seja, apagamento de elementos nulos é uma opção paramétrica. Dessa forma, a primeira perda dos clíticos no iorubá, em sua variante baiana, poderia estar sendo operada nos verbos de tom alto, para, em seguida, atingir os outros verbos. Esse processo poderia ativar o ECP (Princípio das Categorias Vazias). Como já foi dito, porém, a possibilidade de apagamento dos outros tons também é plausível para o período colonial brasileiro, a exemplo do que ocorre no território nigeriano.

⁶ Kato (2003, digitado) encontrou uma relação entre os pronomes possessivos e pronomes complementos, no momento em que propôs a existência de pronomes fortes e fracos. No PB o uso *dele/dela* ocorre com a perda dos clíticos. Isso quer dizer que a aparência com o PB também se opera aqui. Segundo Kato “os possessivos pré-nominais são pronomes fracos, como os clíticos, enquanto os possessivos pós-nominais são pronomes fortes como o objeto pronominal *ele/ela* no PB”.

Algo relacionado ao apagamento de sujeito e objeto em línguas africanas é um fenômeno conhecido como verbos seriais. Gregersen (1977), no seu panorama sobre as línguas africanas, afirma:

Um traço distintivo de muitas línguas do Oeste africano é a construção verbal múltipla, conhecida na literatura como verbos seriais. [...] Tais construções têm sido analisadas como a redução ou compressão de um número de cláusulas, cujos sujeito e objeto são os mesmos (1977, p. 49-50).

É de se notar que o autor refere-se ao fato de haver uma recorrência desse fenômeno em várias línguas africanas. Isso significa dizer que não interessa a especificidade de uma língua, mas o caráter geral que um determinado fenômeno possa ter para poder ser transmitido por falantes diversos.

Não se ouve muito falar em apagamento de sujeito ou de objeto em línguas africanas. A tradição em lingüística considera tal fenômeno como sendo de verbos seriais. Isso implica dizer que a discussão sobre a língua iorubá leva a uma taxonomia que traz pouco fruto para este trabalho. Entretanto, é preciso reconhecer que junto à aparente justaposição de verbos, há uma verdadeira complexidade semântico-lexical que já foi discutida por vários lingüistas e retomada por Láníran e »ónaiya (1988), de onde se percebe a confirmação de que existe um fenômeno chamado construções em verbos seriais.

Neste trabalho, a despeito da complexidade do fenômeno em iorubá, a abordagem considera que as posições de sujeito e objeto não são preenchidas, às vezes simultaneamente, em iorubá, a depender do contexto, como se pode ver nos seguintes exemplos:

- (1) Ó Í ra ilá.
 ele foi comprou quiabo
 'Ele foi comprar quiabo.'
- (2) Ó ra ilá j¹.
 ele comprou quiabo comeu
 'Ele comprou quiabo e comeu.'

No exemplo (1), o segundo verbo (ra) não apresenta preenchimento da posição de sujeito.

Já no exemplo (2), o primeiro verbo apresenta as duas posições preenchidas, enquanto o segundo verbo, que tem o mesmo sujeito e o mesmo objeto, por questões sintático-semânticas, não tem nenhuma das posições preenchidas.

Para que não haja dúvida de como uma sentença em iorubá pode apresentar dois verbos em parataxe com elipse de sujeito e/ou complemento é de bom alvitre que se informe a respeito do fato de que esse tipo de sentença

complexa é o resultado da junção de duas sentenças simples, que muitas vezes o falante aciona para que, em alguns casos, haja a eliminação de ambigüidade ou ênfase. Assim, os dois exemplos poderiam ser ditos da seguinte forma:

- | | |
|-----------------------|-----------------------------|
| (1a) Ó Íí | (2a) Ó ra ilá. |
| ‘Ele foi.’ | ‘Ele comprou quiabo.’ |
| (1b) Ó ra ilá. | (2b) Ó j ¹ ilá . |
| ‘Ele comprou quiabo.’ | ‘Ele comeu quiabo.’ |

Há ainda a possibilidade de se retomar o sujeito sem que ele tenha sido citado na sentença anterior. Aqui se opta por apagar a posição de sujeito do último verbo em função de se saber o beneficiário da ação do verbo anterior, tanto quanto a posição de objeto, como se pode averiguar no exemplo a seguir:

- (3) Ó ra ilá fún mi j¹.
 Ele comprou quiabo para mim comeu
 ‘Ele comprou quiabo para eu comer.’

Tal construção costuma ocorrer na modalidade oral do português brasileiro. Pode-se notar que é perfeitamente aceita na língua iorubá. Tal traço é perfeitamente dividido entre o português e o iorubá. Aquela é considerada língua *pro-drop*, enquanto esta apresenta morfologia fraca e, conseqüentemente, não deveria apagar a posição de sujeito. Láníran e »ónaiya (1988, p. 42), todavia, afirmam “Pelo fato do iorubá ser uma língua *pro-drop*, não é necessário repetir o sujeito na estrutura coordenada, mesmo quando se apaga o conector”. Isso quer dizer que cada vez mais se torna necessário debruçar sobre as línguas africanas para se descobrir quais estruturas lingüísticas podem ser consideradas possíveis e/ou compatíveis com a língua portuguesa (ou mais amplamente com as línguas européias modernas).

De acordo com Déchaine (2001), o ECP fonossintático é um dos mecanismos de recuperabilidade na GU (Gramática Universal). A aprendizagem do iorubá era obrigatória para que fosse possível ingressar nos cantos, como já foi visto. O que se pode dizer é que os africanos de origens diversas tiveram dificuldades em assimilar o sistema de tons iorubá que não era composto por dois tons como nas línguas bântu (CASTRO, 2001, p. 33), mas sim por dois tons e uma pausa, como o quer Déchaine. Além do mais, já havia na própria língua a possibilidade de expressão nula tanto do objeto quanto do sujeito. Dessa forma, houve uma queda generalizada do complemento clítico de terceira pessoa, em iorubá, com conseqüente repercussão para a língua portuguesa falada pelos afro-descendentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a exposição dos dados teóricos por todo este trabalho, fez-se uma tentativa de demonstrar como os africanos falantes de línguas dos troncos lingüísticos mais influentes, bântu e defóide, reconstruíram a língua portuguesa, emprestando-lhe as estruturas de suas línguas maternas. Para tanto, foram utilizados os traços gramaticais do português – o preenchimento dos clíticos e o surgimento do clítico nulo – e estabelecido um confronto com os dados das línguas quimbundo, umbundo e iorubá. As coincidências podem não ter sido criadas pelos escravos, no momento da aprendizagem. Foi graças ao novo ambiente em que a língua se instalou, porém, que se criaram situações para que o clítico nulo tomasse as dimensões constatadas pelos estudos lingüísticos atuais. Sugere-se também que a ocorrência da generalização do fato no português foi possível graças à dispersão dos falantes da variante afro-brasileira do português, ocasionada pelo tráfico interno de escravos, no momento da proibição do tráfico transatlântico.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, Alan N. (1995). Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, 14, p. 72-90.
- BICKERTON, Derek (1981). **Roots of language**. Ann Arbor: Karoma.
- _____. (1984). The language bioprogram hypothesis. **Behavioral and Brain Sciences** 7.173-221.
- CHOMSKY, Noam (1995). **O programa minimalista**. Trad. de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.
- COUTO, Hildo Honório do (1992). Um cenário para a crioulização sem pidginização. **Revista de estudos da linguagem**, v. 1. Belo Horizonte, n. 1, jul/dez.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (1996). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In Ian ROBERTS e Mary KATO (orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-184.
- _____. (1997). **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico**. Londrina: UCEL.
- DÉCHAINED, Rose-Marie (2001). On the left edge of Yoruba complements. **Lingua**, 111, p. 81-130.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1989). Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp. p. 19-34.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1944). **O problema da colocação de pronome**. 7 ed. Lisboa: Clássica.

- GALVES, Charlotte Chambelland (1989). O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 17, p. 65-90, jul/dez.
- GREGERSEN, Edgar A. (1977). **Language in Africa**. New York; Paris; London: Gordon and Breach.
- GUY, Gregory R. (1989). On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. **Estudios sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana**. Bogotá: Instituto Caro e Cuervo.
- KATO, Mary Aizawa (1995). Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. V. 30, n. 4, p. 57-73, dezembro.
- _____ (1999). Questões atuais da aquisição de L1, na perspectiva da teoria de princípios e parâmetros. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 36, p. 11-16, jan/jun.
- _____ (2001). Nomes e pronomes na aquisição. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. V. 36, n. 3, p. 101-12, set.
- _____ (2003). Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro. Digitado.
- LÁNÍRAN, Yétúndé; »ÓNAIYA, Olúremí. (1988). The lexical nature of Yoruba serialisation. **Niger-Congo Syntax and Semantics**, Vol. I, p. 38-48.
- LIGHTFOOT, D. (1991). **How to set parameters: Arguments from Language Change**. Cambridge: MIT.
- LIGHTFOOT, David (1999)**. The Development of Language. **Malden: Blackwell**.
- LOBO, Tânia (1992). **A colocação dos clíticos em português**: duas sincronias em confronto. Dissertação (Mestrado em Lingüística Portuguesa Histórica) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LOPES, Ruth E. Vasconcellos (2001). Aquisição da linguagem: novas perspectivas a partir do programa minimalista. **DELTA**. vol.17, no.2, p.245-81.
- MAIA, António da Silva (1964). **Lições de gramática de Quimundo**: 2. ed. Cucujães: Ed. do Autor.
- MEGENNEY, Willian W. (1978). **A Bahian Heritage: An ethnolinguistic study of African influences on Bahian Portuguese**. Valencia: University of North Carolina Press.
- MENDONÇA, Renato (1933)**. A influência africana no português do Brasil. **Rio de Janeiro: Sauer**.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta P. (1993)**. Sobre as origens do português popular do Brasil. D.E.L.T.A., v. 9 (n. especial), p. 437-454.
- NUNES, Jairo M. (1996). Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 207-222.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro de (1989). O preenchimento, a suspensão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, p. 51-63.
- PAGGOTO, Emílio G. (1996). Clíticos, mudança e seleção natural. In ROBERTS Ian; KATO, Mary (Org.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 185-206.
- RAYMUNDO, Jacques (1933). **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio: Renascença.
- REIS, João José (1993). A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, 18, jun-jul-ago, p. 7-29.

- RODRIGUES, Nina (1945). **Os africanos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nacional.
- SANTOS, Raquel Santana. A fonologia fornecendo pistas sobre a sintaxe: o caso dos objetos nulos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 34, p. 169-79.
- SILVA NETO, Serafim da (1970). **História da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- TARALLO, Fernando (1996). Diagnosticando uma gramática brasileira. O português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, p. 69-105.
- THOMASON, Sarah Grey e KAUFMAN, Terrence (1988). **Language contact, creolization and genetic linguistics**. Berkeley: University of California Press.